

Por que a verdadeira defesa da agricultura brasileira é a conservação da natureza



G O M E Z

» MERCEDES BUSTAMANTE

Professora da Universidade de Brasília e membro eleito da Academia Brasileira de Ciências

É difícil escolher qual o maior desserviço gerado pela ausência de visão para o país ao longo dos últimos quatro anos do governo federal. Entre os ataques ao processo democrático, a consolidação do orçamento secreto, o descaso com a saúde na pandemia, o negacionismo científico, a falta de políticas para a educação em todos os níveis, cabe também analisar os impactos extremamente negativos da fusão equivocada e destrutiva das pautas da agricultura brasileira com as ações de redução da proteção ambiental.

Tal fusão rendeu ao governo federal o apoio massivo da chamada bancada ruralista que, ao contrário do que deveria defender, privilegia a visão de curto prazo em um setor econômico que depende essencialmente da garantia de condições de longo prazo. O endosso de setores da política brasileira reforça a associação do agronegócio a pautas sem fundamento científico e sem futuro e que, sobretudo, projetam riscos sobre o próprio setor.

Os dados mais recentes do Inpe indicam o maior número de alertas de desmatamento na Amazônia desde 2015. O crescimento do desflorestamento também afeta os demais biomas do país. A expansão das atividades de agricultura e pecuária sobre áreas de vegetação nativa perpetua práticas dissociadas tanto das demandas

internacionais, como das perspectivas de viabilidade do setor e da construção de sua resiliência frente às incertezas crescentes.

A amálgama entre a defesa da agricultura e a desregulamentação ambiental, na verdade, beneficia um percentual pequeno de produtores que não cumprem as regras ambientais e macula a maioria dos produtores que atua de forma legal. Adicionalmente, termina por associar, por força da narrativa, o conjunto dos produtores a toda uma gama de atividades criminosas e violência que se expandem na presença do discurso e das ações contrárias ao meio ambiente e sob o véu de suposta defesa do agronegócio.

A intensificação sustentável da agricultura é preferível a uma maior expansão sobre áreas naturais e é possível quando políticas adequadas estão em vigor para limitar o aumento da conversão de terras. Esforços para aumentar e diversificar a produção de alimentos através de maior rendimento e integração de sistemas, ao mesmo tempo em que se reduzem os impactos ecológicos adversos, aumentam a segurança alimentar. Hoje, enquanto as áreas plantadas com milho e soja para exportação aumentam, há retração das áreas plantadas com arroz e feijão.

O desmatamento é reconhecido como um risco sistêmico para a economia universal. Globalmente, o Fórum Econômico Mundial calculou

que US\$ 44 trilhões — mais da metade do PIB global — estão sob um risco significativo pelo aumento da degradação da natureza. No Brasil, sem dúvida, a agricultura estará entre as principais vítimas. Por isso, internacionalmente, cada vez mais plataformas e ferramentas vêm orientando o setor financeiro e a economia real na construção de cadeias de suprimentos livres de desmatamento e na utilização de mecanismos de rastreabilidade mais sofisticados e transparentes.

O descontrole do desmatamento e as mudanças no uso da terra são responsáveis pela maior fração das emissões brasileiras de gases de efeito estufa, ameaçam a biodiversidade que garante polinizadores, controle de pragas e doenças e a fertilidade do solo e os direitos e à subsistência das comunidades locais. Os usos da terra que contribuem com vários serviços para soluções climáticas, segurança alimentar e integridade dos ecossistemas dependem da trajetória da mudança do clima — quanto maior o grau de aquecimento, maior será a incerteza sobre a capacidade produtiva de nossos sistemas naturais e manejados. Quem, falsamente, defende a agricultura por meio da degradação do meio ambiente está destruindo as condições mais básicas para seu sucesso em um mundo em mudança.

Racismo e a produção do deficit de 200 anos de cidadania no Brasil

» ANA FLÁVIA MAGALHÃES PINTO

Professora do Departamento de História da UnB e integrante da Rede de Historiadores Negros

» HELIO SANTOS

Doutor em administração pela FEA-USP e presidente do Conselho Deliberativo do Fundo Baobá

Esta nação não compreenderá a si mesma negando a pensadoras negras e pensadores negros antirracistas o reconhecimento da condição de analistas imprescindíveis da sociedade brasileira. Elas e eles sabem quem são e tem aumentado o número de quem entende isso. Mas não esperem que esses sujeitos tenham todas as respostas para os problemas deste país. A imposição de tamanha expectativa seria reincidir no erro desumanizador de atribuir a quem sofreu um dano a completa responsabilidade pela reparação do mau que lhe foi causado.

O que não podemos mais ignorar são as consequências negativas da concentração de homens brancos entre os chamados “intérpretes do Brasil”, aqueles autorizados a nomear, quantificar, qualificar e projetar futuros. No ano em que alcançamos a marca do bicentenário da independência nacional e vivenciamos as eleições mais tensas de nossa história recente, intelectuais, jornalistas e políticos hegemônicos se mostram incapazes de dimensionar a articulação entre os graves problemas enfrentados pela maioria da população brasileira.

Entender como brasileiros e brasileiras, em sua diversidade, reagem a isso se mostra ainda mais desafiador àqueles que foram levados a acreditar que tinham resposta para tudo. Ocorre que pouca coisa tem se encaixado nos modelos explicativos priorizados. Esse é um sintoma da falta de costume para lidar, por exemplo, com o Brasil que tem cor e gênero fora do enquadramento de problema social. Na falta de um sólido entendimento dessas pessoas como sujeitos históricos e de direito, há pouca chance de se compreender como se posicionam (nos posicionamos) a partir das experiências regionais, religiosas, de classe, escolaridade, habitação, cultura etc.

No maior país negro fora do continente africano, o certo seria que as demandas dos homens e das mulheres que compõem esse segmento majoritário fossem encaradas com a máxima seriedade. Mas a falta de um acerto de contas justo com o passado-presente escravista não deixa. Em vez disso, a naturalização do monopólio racial da fala tem sustentado a possibilidade de jogar o vivo pelo povo para debaixo do tapete.

A negação do racismo, como estruturante das desigualdades sociais, segue autorizando o não cumprimento de promessas de cidadania iniciadas há dois séculos. A relativização dos dados que caracterizam um cenário de genocídio da juventude negra impede até mesmo a formulação de uma política de segurança pública pautada no direito à vida. Direitos civis, políticos e sociais são cotidianamente violados, mas há quem diga, mesmo assim, que a democracia está assegurada.

Na contramão de tudo isso, as/os 34 intelectuais ativistas e acadêmicas/os, escritoras/es e religiosos que depositaram suas reflexões na coletânea *A resistência negra ao projeto de exclusão racial — Brasil 200 anos (1822-2022)* vem reforçar uma das maiores verdades nacionais: “Enquanto houver racismo, não haverá democracia”, afirmação quem tem sido impulsionada pela Coalizão Negra por Direitos nos últimos tempos.

Ao chamamento de Helio Santos, doutor em administração pela FEA-USP e histórico militante da causa antirracista, responderam dessa vez: Amauri Mendes Pereira, Ana Flávia Magalhães Pinto, Ana Maria Gonçalves, Ana Vitória Luiz e Silva Prudente, Anielle Franco, Bianca Santana, Carlos Alberto Medeiros, Celso Luiz Prudente, Cida Bento, Conceição Evaristo, Cuti (Luís Silva), Denise Carrascosa, Dennis de Oliveira, Djamilia Ribeiro, Edna Roland, Eliane Barbosa da Conceição, Elias de Oliveira Sampaio, Elisa Lucinda, Helio Santos, Jaqueline Gomes de Jesus, Joel Zito Araujo, José Enes de Jesus, Kabengele Munanga, Marilene Garcia de Souza, Mário Theodoro, Michael França, Nivia Luz, Renato Ferreira, Ronilso Pacheco, Samuel Vida, Sueli Carneiro, Valdirene Silva de Assis, Valter Silvério e Zelia Amador de Deus.

O lançamento da publicação é uma das várias ações estratégicas de enfrentamento do deficit escandaloso de cidadania do Brasil. Hoje (10 de outubro), às 19h, no Itaú Cultural, uma parte do grupo se reunirá para o lançamento em São Paulo. Outra parte estará no Rio de Janeiro, no dia 13 de outubro, no Museu do Amanhã, no mesmo horário.

A obra representa um exercício de fomento a análises de estrutura e conjuntura a serem praticadas Brasil adentro e afora. Nelas a centralidade da presença negra deve ser um parâmetro inegociável, embora, por força da tradição de luta do Movimento Negro, não sirva para a exclusão dos demais integrantes de nossa sociedade, sobretudo os mais vulneráveis.

Educação para a cidadania

» MÔNICA ANDRADE WEINSTEIN

Cofundadora e vice-presidente de pesquisa, desenvolvimento e impacto no Alicerce Educação

O acesso à educação de qualidade é considerado um elemento fundamental para o desenvolvimento das competências que viabilizam o pensamento crítico que, por sua vez, é particularmente necessário para que os jovens possam se engajar em diálogo e deliberação para a construção de suas narrativas como cidadãos. Uma série de habilidades cognitivas, promovidas por práticas educacionais eficientes, contribuem para o desenvolvimento do pensamento crítico, entre elas coletar e absorver informações, analisá-las com senso crítico e validá-las. E, a partir disso, fazer escolhas, definir um posicionamento, argumentar, defender seu ponto de vista, interpretar o argumento dos outros, refletir sobre suas ações e desenvolver a imaginação cívica e criativa.

Entretanto, embora seja consenso que o acesso à educação de qualidade é fundamental para a promoção da cidadania, a educação formal não é suficiente para garantir a melhoria do bem-estar coletivo, uma vez que ela pode reproduzir as desigualdades refletidas na sociedade. Esse ciclo é evidente, por exemplo, nas pesquisas recentes dentro e fora do Brasil. Dados publicados

em 2020 pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), por meio do artigo *The Economic Impacts of Coronavirus Covid-19 Learning Losses*, mostram que a pandemia resultou em um retrocesso significativamente maior da aprendizagem para os estudantes que já estavam em desvantagem social. Nesse contexto, delegar exclusivamente à escola a criação de condições para o exercício da cidadania oferece seus riscos.

O primeiro risco é a ideia de que a cidadania é resultado exclusivo do processo de escolarização. Essa ideia é problemática porque parte do princípio de que a cidadania é um status que só é alcançado após um indivíduo ter percorrido, com sucesso, uma trajetória educacional completa. Assim, vê-se a cidadania muito mais como uma experiência adulta com os jovens na posição de ainda não cidadãos, como indivíduos pertencentes a uma etapa de transição entre a infância e a idade adulta.

Essa ideia de cidadania deixa de considerar que os jovens já participam da vida social e que suas vidas já estão, desde sempre, implicadas na ordem social, econômica, cultural e política mais

ampla. O segundo risco refere-se à questão da aprendizagem. Precisamos levar em consideração que nem sempre aquilo que é ensinado nas escolas é o que será aprendido pelos jovens. Para haver aprendizagem, os estudantes precisam atribuir sentido ao que está acontecendo no ambiente escolar, tanto no nível do currículo como no nível do senso de pertencimento e das possibilidades de participação.

Para cultivar a capacidade da cidadania democrática, é necessário que os jovens desenvolvam a habilidade de se enxergar não apenas como membros de uma localidade ou de um grupo, mas também e acima de tudo, como seres humanos conectados a todos os outros por laços de reconhecimento e consideração. Cidadãos não podem pensar bem se baseados apenas em conhecimento factual. Eles precisam de imaginação narrativa, que é a habilidade de pensar o que seria estar na pele de uma outra pessoa, diferente de si. É preciso desenvolver o que poderíamos chamar de uma literacia do outro, ou seja, aprender a ser um leitor inteligente da história das outras pessoas, entender suas emoções, esperanças e desejos.